

O Social Chega ao Morro: Engendramentos em uma Favela Pacificada

Social Reaches the Slum: Arrangements in a Pacified Slum

O Social Llega a Favela: Engendramentos en una Favela Pacificada

Iara de Salvo Rocha

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2009), com mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo Programa EICOS / UFRJ (2012). Tem experiência no campo da Psicologia Social e se dedica, especialmente, às temáticas relacionadas à produção de subjetividades e sociabilidades na contemporaneidade, às configurações urbanas, políticas públicas e metodologias qualitativas. Atualmente atua como psicóloga da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte no campo da Assistência Social.

E-mail: iarasalvo@gmail.com

Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

Psicóloga, Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ. Atualmente é Diretora do Instituto de Psicologia da UFRJ, onde também atua como docente e integra a Linha de Pesquisa “Processos Psicossociais e Coletivos” do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Coordena o Grupo de Pesquisa “Cultura Contemporânea: Subjetividade, Conhecimento e Tecnologia” (CNPq), onde desenvolve pesquisas em tornos das relações entre ciência, tecnologia e sociedade, em especial os modos através dos quais as novas tecnologias participam das nossas formas de ser e de viver em sociedade, bem como da forma como produzimos conhecimento e incorporamos o que a tecnociência nos oferece. É membro da Rede LAVITS – Latin American Network of Surveillance, Technology and Society. Dentre suas publicações mais recentes pode-se destacar a coletânea “Qualidade do lugar e paisagem: controvérsias e ressonâncias em coletivos urbanos”.

E-mail: rosapedro@globo.com

Resumo

O presente artigo é um recorte de uma pesquisa de mestrado intitulada “Unidades de Polícia Pacificadora: Controvérsias que tecem a vida urbana”. Nele, partimos de uma análise Foucaultiana que nos permite considerar as Unidades de Polícia Pacificadora como um dispositivo de segurança contemporâneo, para refletir sobre os deslocamentos produzidos por essa política em um dos territórios onde ela foi implantada – a comunidade Santa Marta, no Rio de Janeiro. Dentre tais deslocamentos, destaca-se a ressignificação da favela, possível a partir da inserção de diversos serviços e políticas sociais nos territórios pacificados, e a consequente produção de novos territórios urbanos, o que inclui a configuração de novos circuitos de inclusão e de exclusão.

Palavras-chave: Unidade de polícia pacificadora; Dispositivos de segurança; Favela; Território; Circuitos de inclusão.

Abstract

This article is an excerpt from a research entitled “Pacifying Police Units: Controversies that weave the urban life.” In it, we start from a Foucaultian analysis that allows us to consider the Pacifying Police Units as a safety device contemporary, to reflect about the displacements produced by this policy in one of the territories where it was deployed - the community of Santa Marta in Rio de Janeiro. Among such moves, we highlight the reinterpretation of the slum, possible from the integration of many services and social policies in the territories pacified, and the consequent production of new urban territories, which includes setting up new circuits of inclusion and exclusion.

Keywords: Politice unit pacification; Security devices; Slum; Territory; Inclusion circuits.

Resumen

Este artículo es un extracto de una investigación titulada “Unidades de Policía Pacificadora: Las controversias que tejen la vida urbana.” En ella, se parte de un análisis foucaultiano nos permite considerar las Unidades de Policía Pacificadora como un dispositivo de seguridad actual, para reflexionar sobre los desplazamientos producidos por esta política en uno de los territorios donde se despliega - la comunidad de Santa Marta, en Río de Janeiro. Entre tales medidas, destacan la reinterpretación de la barriada, posible a partir de la integración de diversos servicios y las políticas sociales en los territorios pacificados, y la consiguiente producción de nuevos territorios urbanos, que incluye la creación de nuevos circuitos de inclusión y exclusión.

Palabras clave: Unidades de policía pacificadora, Dispositivos de seguridad; Favela; Territorio; Circuitos de inclusión.

Introdução

A questão da segurança tem se tornado cada vez mais relevante nos dias atuais, e está a cada dia mais evidente no contexto dos centros urbanos. Políticas públicas

que visam afiançar a segurança estão sendo constantemente formuladas e reformuladas, muitas vezes adquirindo grande visibilidade midiática, como foi o caso das Unidades de Polícia Pacificadora implantadas no Rio de

Janeiro em 2008, e cujo modelo vem sendo adaptado a outras grandes cidades do país.

Desde a década de 70, o Rio de Janeiro vinha atravessando uma situação peculiar. O domínio das favelas por facções criminosas associadas ao tráfico de drogas, os constantes combates empreendidos entre essas facções na disputa por territórios, e entre estas e a polícia, imprimiram na cidade a marca da violência e da guerra, fazendo com que a “cidade maravilhosa” ganhasse a alcunha de “cidade perigosa” (Zaluar, 2006; Jaguaribe, 2011).

A descontinuidade de políticas públicas, o descompasso entre as instâncias Municipal, Estadual e Federal de governo, e a corrupção de policiais e outros agentes públicos possibilitaram que essa situação se desenvolvesse criando uma separação da cidade entre favela e asfalto pautada no preconceito, no medo e na estigmatização das classes pobres.

As políticas de segurança pública anteriores pouco conseguiram fazer para resolver a situação da intensa criminalidade associada ao tráfico de drogas e do comando de favelas pelas facções. Os poucos esforços empreendidos nesse sentido, geralmente antecederam a realização de grandes eventos na cidade, mas nenhuma ação foi definitiva, continuada, e nem tampouco superou o bombardeio de notícias de jornais que mostravam a associação da polícia com

traficantes, e até mesmo a formação de milícias – organizações formadas por policiais ativos e/ou aposentados, que acabavam por exercer igual domínio sobre a população favelada, cobrando-lhes propinas sobre serviços tais como fornecimento de gás, internet, etc.

É partindo desse contexto que algumas tecnologias foram produzidas, culminando na atual política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro: as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP’s). A proposta da Secretaria de Segurança do Estado consiste em instalação de unidades de polícia dentro das principais comunidades ocupadas por facções criminosas ou milícias, buscando a retomada desses territórios para o estabelecimento da “paz”, através da ideia de Polícia de Proximidade¹. O projeto começou a ser implementado em dezembro de 2008 nas comunidades da capital, e atualmente já se somam 33 UPP’s.

Aliada à entrada das UPPs nas comunidades, e visando o cumprimento de seu objetivo, está a inserção de outras políticas sociais e de segurança nas favelas. Assim, projetos de competência da Secretaria de Assistência Social passam a estar vinculados ao das UPP’s, de segurança, no que se convencionou chamar de UPP Social. Além do provimento de serviços básicos como esgoto, água, luz e coleta de lixo; também programas de inclusão digital, instalação

de câmeras de segurança, dentre outros, são exemplos do que as comunidades ocupadas pela polícia passaram a ter.

A UPP Social dá uma outra dimensão para a política de pacificação, possibilitando sua caracterização como um dispositivo de segurança mais do que como um mecanismo disciplinar, e confirmando as teorias de Foucault acerca das novas formas de exercício de poder na contemporaneidade.

Seguindo as teorias de Foucault, podemos distinguir três principais modos de exercício do poder: a soberania, que atuava por meio dos aparatos legais; a disciplina, operando por meio de mecanismos de vigilância; e atualmente, a bipolítica, que atua por meio dos dispositivos de segurança (Rocha & Pedro, 2012).

Para Foucault (2008), a vigilância e a segurança têm sido pensadas na contemporaneidade cada vez mais em termos de mobilidade e circulação. O crescimento da população urbana e da criminalidade, a globalização das práticas de mercado, a redução do papel do Estado e a aquisição de novas liberdades por parte dos indivíduos parecem ter contribuído para o aperfeiçoamento das formas disciplinares de confinamento, e o seu englobamento em novas relações de poder e formas de controle.

Temos assim, o estabelecimento dos dispositivos de segurança, que, segundo

Foucault (2008), irão produzir uma determinada relação de poder pautada no controle a céu aberto, na produção de estatísticas, na disseminação das ideias de risco e perigo relacionadas à territorialidade, na individualização e privatização cada vez maior da segurança. Estes dispositivos integram a cada vez novos elementos em prol da manutenção de uma determinada relação de poder, lançando mão de uma série de tecnologias que, somadas àquelas anteriores de disciplinarização, compõem o tecido social em que vivemos hoje.

Mas as mudanças nas práticas de vigilância e controle devem ser pensadas não como um abandono das antigas e uma completa reestruturação das práticas de governamentalidade. Elas devem ser compreendidas em meio a toda a sua complexidade, que envolve o abandono de algumas práticas e o englobamento de outras, a introdução de novos elementos e a mudança no modo de funcionamento de outros (Rose, 2000).

Isso se torna bastante claro quando tomamos a UPP como questão de pesquisa. Nela dispositivos disciplinares são a todo tempo sobrepostos àqueles de controle à distância, produzindo novas realidades nas favelas cariocas, na dinâmica urbana e na paisagem do Rio de Janeiro. Assim, embora haja um policiamento vigilante e, poderíamos também dizer, disciplinador com a implantação de Unidades de Polícia dentro

das favelas, com a introdução de políticas sociais a UPP estabelece um foco significativo na inclusão dos moradores da favela em “circuitos de inclusão” e na produção de condições de existência, ou seja, em um ‘fazer viver’, que atinge tanto os moradores da favela, quanto a população em geral que circula pela cidade e deixa de ser atingida pela criminalidade (Rose, 2000; Foucault, 1999).

Tendo isso em vista, a tentativa de inserir uma população antes marcada por sua situação nestes “espaços de criminalidade”, em circuitos de inclusão, aparece como uma das principais propostas das UPP’s. A reintegração da favela à cidade também parece ser um ponto importante, uma vez que possibilita que as estratégias de controle incidam também sobre as populações marginalizadas.

Mas essa tentativa de integração merece ser problematizada, uma vez que as UPP’s também podem produzir um afastamento ainda maior entre favela e cidade, pois, conforme aponta Rose (2000), a produção de circuitos de inclusão não ocorre sem deslocamentos e desvios que contribuem para a produção de novos circuitos de exclusão.

Nesse sentido, buscaremos realizar uma discussão acerca dos desvios e deslocamentos que vem sendo produzidos pelas UPP’s, levando em conta as implicações da implantação dessa política para as populações de uma das favelas pacificadas. Visa-

mos ainda uma compreensão sobre os novos sentidos que estão sendo produzidos sobre o conceito de favela, e sobre os novos arranjos urbanos que podem advir dessa nova política pública.

Vale ressaltar que esse artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado em que buscamos realizar uma cartografia das UPP’s, e apresenta alguns dos dados encontrados nessa ocasião. Salientamos ainda que a pesquisa que originou esse trabalho foi realizada no morro Santa Marta, primeiro a ser pacificado, e contribuíram para ela 7 entrevistados, dentre moradores, gestores e policiais que atuavam à época na comunidade.

O social chega ao morro

Todas as reformulações promovidas pela UPP fizeram com que ela obtivesse uma aceitação cada vez maior, inclusive dos moradores de favelas pacificadas. Apesar de não acabar com o tráfico, a “retomada” do território e a retirada do domínio armado das facções criminosas ocasionou o fim de uma série de constrangimentos causados pelos confrontos entre polícia e traficantes que, antes, eram frequentes na vida daqueles sujeitos. (Pedro e cols., 2012).

O fim desses constrangimentos, que não eram provocados apenas por traficantes, mas também por policiais, permitiu uma reorganização da experiência de vida nas fa-

velas que tem a fala do crime como fio condutor (Caldeira, 2000). Como podemos ver nas falas que se seguem, uma fragmentação temporal que opõe “antes” e “depois” da UPP é reproduzida para significar os novos processos engendrados pela pacificação:

Esse projeto entrou dentro da comunidade e, não é que tenha acabado com o tráfico, mas assim, aquele enfrentamento que tinha entre bandido e polícia acabou, aquele risco de bala perdida, de você subir de madrugada no meio do tiroteio, tomar uma bala e morrer, essas coisas acabaram, ou seja, há muito tempo que a gente não escuta um tiro dentro da comunidade. (Entrevistado 4, morador)

Esta oposição entre antes e depois, sendo o “antes” relacionado ao período marcado pelos constantes tiroteios, e o “depois” marcado pela “tranquilidade”, como diz nosso entrevistado, acaba por favorecer a adesão à ocupação policial, ainda que também os policiais tenham participado da produção de experiências associadas ao momento anterior às UPP’s. É esta oposição entre antes e depois que, como aponta Caldeira (2000), muitas vezes dá origem a outra divisão entre bom e ruim, bem e mal.

É claro que esta não é uma equação simplista, em que a polícia passa a estar associada ao bem e o tráfico ao mal. Na verdade, em nossas entrevistas, pudemos perceber que tanto a relação que se estabelecia

com a polícia quanto aquela com o tráfico eram negativamente marcadas, como podemos ver nos relatos abaixo:

De vez em quando tinha uns aborrecimentos, mas eu tenho me aborrecido mais com a polícia aqui do que próprio com a malandragem, porque a polícia não respeitava a gente. Chega aqui e empurrava a porta dos outros com o pé, esculhambava a pessoa, chamava a pessoa de tudo quanto é nome. Tirava a maior onda braba aí com a pessoa. Só faltava deixar a pessoa nua na frente da família, de todo mundo. (Entrevistado 5, morador)

E ainda:

[O tráfico]quase todo dia matava (...) Eles matava e levava lá pra cima. Queimava, enterrava. (...) eles matava qualquer um. Tanto eles matava os cara que trabalhava com ele, como matava um morador. Se o morador vacilasse e caguetasse ele matava. (Entrevistado 6, morador)

É notório que os moradores viviam em meio a uma tensão que se estabelecia tanto em relação à polícia quanto em relação aos traficantes, e parece ser o fim desta tensão que está no pólo positivo da divisão entre bem e mal. Assim, é a pacificação que é considerada “boa”, em contraposição à violência e a guerra, que se considera “ruim”.

Mas para que essa avaliação positiva ocorresse, foi necessário que a UPP empreendesse mais do que somente a retomada de territórios, por diversos motivos. Um deles deve-se ao fato de que a existência de um policiamento específico para as áreas de favelas poderia reforçar a classificação dos moradores da favela como pertencentes às “classes perigosas”, e gerar efeitos de segregação e criminalização ainda maiores para as populações faveladas, que se veriam sob a afirmação de um Estado de Polícia (Bastista, 2003). Além disso, podemos ressaltar o fato de que durante anos a favela conviveu com a imposição do tráfico e a omissão do Estado, e foi justamente se apropriando das responsabilidades que deveriam ser conferidas ao Estado que o tráfico se expandiu, ou seja, através de políticas assistencialistas que garantiam a alguns dos moradores de favelas as condições básicas de existência.

Assim sendo, a associação das UPP's com políticas sociais se tornou uma estratégia de extrema importância para a estabilização e aceitação da pacificação. O próprio Secretário de Segurança Pública chegou a afirmar, em entrevista para o jornal O GLOBO, que “nada sobrevive só com segurança. Não será um policial com um fuzil na entrada de uma favela que vai segurar, se lá dentro as coisas não funcionarem” (Jornal O Globo, 29/05/2011). Também um de nossos entrevistados corrobora essa pers-

pectiva, e resalta ainda o risco do estabelecimento de um Estado policial autoritarista se outras instâncias do poder público se fizerem ausentes no processo de pacificação.

Com a UPP existe um choque realmente... de cultura. Porque a polícia chega num primeiro momento e tenta organizar todo aquele espaço. Só que se a polícia se intrometer muito nisso, nesse processo, ela passa a exercer funções arbitrárias, que não são da sua função. O que o projeto UPP entendeu? “Bom, até aqui é a área da polícia, a partir daqui nós precisamos do apoio de outros órgãos”. São coisas que não são da nossa área de atribuição: luz, água, lixo, tudo, educação, tudo isso aí atende a representatividade na nossa sociedade. Então vamos racionar esses canais e pedir que eles se engajem e juntem com a gente. (Entrevistado 2, gestor)

Assim, a garantia dos direitos sociais, por meio do “acionamento de canais”, passou a ser a tarefa da UPP Social, que se tornou parte indissociável do projeto de pacificação e imprescindível para os agenciamentos que possibilitaram sua expansão.

A equipe da UPP Social inicia seus trabalhos nas comunidades juntamente com o efetivo policial da UPP. Nessa reunião são levantadas as necessidades e prioridades da comunidade em questão, e, a partir dessas demandas, a equipe irá intermediar a entra-

da de outras secretarias do Município e do Estado, além de empresas privadas, projetos sociais, etc.

Para tanto, os dispositivos diversos engajados neste projeto acabam se prestando também à função de dispositivos de segurança por possibilitarem – através de cadastros de moradores, de ruas, de fornecimento de crédito – o controle à distância dos fluxos nesses locais. Com a presença e atuação desses dispositivos na política de pacificação, não apenas a polícia tem o papel de vigiar os indivíduos e controlar os fluxos, mas todas as instâncias públicas e privadas que compõem o coletivo denominado UPP Social.

No âmbito das UPP's, acredita-se que é justamente esta integração de serviços para a realização de ações sociais e urbanização à política de ocupação policial que acabam por levar a paz às favelas. Esta concepção de paz está fortemente associada à produção de normalidades e de circulação nesses espaços, e, sendo assim, está também relacionada à um modelo de urbanidade e sociabilidade que se produz na cidade (Rocha & Pedro, 2012).

De fato, a divisão entre favela e cidade está pautada em alguns estereótipos que se formam em relação a estes espaços urbanos. De acordo com Burgos (2006), tais estereótipos, que levam ao entendimento da favela como um problema, surgem do incô-

modo que esta causa à urbanidade da cidade. É fato que atualmente este incômodo é muito mais traduzido em termos da violência e seu transbordamento para outras zonas urbanas. Entretanto, Burgos (2006) aponta que as primeiras abordagens da favela como espaço apartado da cidade se dão pelo viés sanitarista, que repudia as condições de vida insalubres daqueles espaços, e os indica como “aberrações” que não poderiam constar no mapa das cidades.

Com o aumento da criminalidade e o fim das políticas remocionistas, essa concepção higienista parece ter sido ofuscada, mas não deixou de existir. Um exemplo atual pode ser encontrado no Jornal O Globo (26/04/2011), que relata a pressão exercida pelo Governo do Estado do Rio sobre o Google Maps para que as favelas não ganhassem destaque no mapa da cidade.

Dois aspectos, portanto, produzem essa ideia de partição da cidade: a criminalidade e o sanitarismo, que em uma abordagem mais restrita² faz referência às condições de vida nas favelas. É justamente sobre dois aspectos, então, que as UPP's vão atuar, buscando perpetuar o modelo de urbanidade da cidade.

Nesse sentido, as primeiras providências tomadas pelas UPP's Sociais são em relação aos serviços básicos de água, luz, esgoto, coleta de lixo, gás, etc. Em seguida,

os esforços se voltam para a implantação de projetos sociais, de educação, qualificação profissional, saúde e turismo. O provimento desses serviços, somado às ações de segurança, possibilita que estes locais ganhem novos significados, de modo a não serem mais considerados como zonas de risco. É o que também aponta um dos entrevistados:

Pra mim o que mudou é que ela [a UPP] veio permitir com que as comunidades verdadeiramente ocupadas não sejam tratadas mais como área de risco. O Santa Marta hoje tem a Light trabalhando perfeitamente dentro da favela, tem médico de família que atende todo mundo em casa, tem turistas, tem turismo a todo vapor - recebemos hoje quase 4 mil turistas por mês aqui no Santa Marta -, temos Fundação de Assistência técnica dentro do Santa Marta, temos um CETEP - Centro Tecnológico Profissionalizante aqui no Santa Marta -, temos o CBI - um projeto de educação, a informatização, todo mundo com acesso a informatização, temos telecursos levando complemento escolar para os moradores, temos a Secretaria de Obras realocando famílias que moram em situação de risco, famílias com casas caindo... Então essas pessoas estão tendo um pouco mais de dignidade, quando ganham um apartamento, quando ganham uma casa nova. Então já está havendo a transformação social. (Entrevistado 7, morador)

As mudanças relatadas no fragmento acima nos apontam para uma concepção

de social consonante com aquela elaborada pelo sociólogo John Law (1992/2013), que define o social como o efeito de redes heterogêneas corporificado em formas materiais. Também Latour (1994) faz apontamentos nesse sentido, destacando que o tecido social é formado não apenas de relações dos homens entre eles, mas também pelos objetos, utilizados para fortalecer essas relações de determinadas formas. O social é, portanto, a Light, o médico da família, os turistas, a Fundação de Assistência Técnica, o acesso a informação, o telecurso, os apartamentos e as casas novas. Ele é um constante traçar de associações por diferentes veículos, e não algo que está a priori definido. Essa compreensão parece balizar também o entendimento do Entrevistado 4 quando esse afirma que a UPP “traz o social para dentro da comunidade”.

Dentre tais associações que compõem o social que agora se produz nas favelas pacificadas está, como nos mostra o relato do Entrevistado 7, aquela que atrela, por um lado, a ausência desses serviços à sensação de risco; e, por outro, o acesso aos serviços (públicos e privados) à sensação de segurança e à possibilidade de circular sem qualquer restrição, o que parece coincidir com as principais metas do estabelecimento das UPP's dentro das comunidades cariocas.

A resignificação da favela

A chegada do social não ocorre sem mais deslocamentos. Tendo em vista a provisão de todos esses serviços, a redução dos riscos, e levando-se em consideração o estabelecimento de condições de circulação e mercado, a prefeitura do Rio e o Instituto Pereira Passos passam a considerar alguns dos territórios pacificados como **ex-favelas**.

A caracterização do que veio a ser denominado ex-favela é exposta em uma reportagem que pode ser lida em *Jornal O Globo* (29/05/2011): áreas que, como qualquer outro bairro da cidade, são atendidas por serviços básicos e possuem boas condições urbanísticas, contando com saneamento básico e arruamentos. À época da reportagem, foram 44 os locais que deixaram de ser considerados como favela. Dentre estes, estão algumas comunidades que ainda não foram pacificadas e outras que já receberam as UPP's, como é o caso da Santa Marta.

A concepção de ex-favela traz consigo uma controvérsia acerca do próprio conceito de favela e o seu oposto, de cidade. O Instituto Pereira Passos e a Prefeitura consideram que não são favelas as comunidades que atendem a um determinado padrão urbanístico e são atendidas por serviços sociais. Por outro lado, especialistas como o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, também chamado a dar seu de-

poimento para a reportagem, afirma que a segurança é condição fundamental para a integração de uma favela à cidade e a sua consideração como bairro.

De qualquer modo, poder-se-ia dizer que o Dona Marta, após a política de ocupação, cumpriria todas as condições para não mais ser considerada como favela, como de fato ocorreu. Entretanto, alguns de nossos entrevistados nos apresentam relatos não muito consonantes com esta concepção, alertando que, mesmo tendo sido a primeira comunidade a ser pacificada, há 3 anos quando a pesquisa foi realizada, a comunidade ainda não contava com serviços de coleta de lixo, esgoto encanado e nem mesmo fornecimento de luz satisfatórios e a preço justo.

Aí a gente paga. Agora eles tão cobrando a luz, cobrando a água e cobrando o esgoto. Você vê, tem canto aí que o esgoto é descendo favela abaixo. Quando chove é uma tristeza. Quando chove você vê, você anda por aqui é pisando dentro do esgoto, a água. (Entrevistado 6, morador)

Isso mostra que a integração entre setores tem se mostrado demorada e pouco efetiva, especialmente quando se trata do provimento dos direitos sociais básicos. Reconhecendo a demora para o provimento desses serviços, o Entrevistado 3 elege este como o principal desafio da política. Ele relata:

Mas os serviços públicos, isso demora. A UPP Social, que implantaram agora com a Secretaria de Ação Social, isso demora. Tinha que ser mais rápido. E o morador não tem nada. Nego lá não tem nada. Então ele precisa disso lá. Aí depois, já que tá seguro, então vamos fazer o que? Luz, internet a preço moderado, net, TV a cabo a preço justo, luz a preço justo, serviço de gás no padrão, saneamento básico, ações sociais, é... implantação de... ações sociais, aquilo não tem nada, entendeu? Não tem nada. E isso tá demorando pra caramba. Em relação à nossa velocidade tá... A iniciativa privada, ela é muito mais rápida. (Entrevistado 3, gestor)

A mesma demora, no entanto, não ocorre quando se trata das ações que têm como mote principal a promoção de circulação e desenvolvimento de mercado na área da favela, como os programas de legalização do comércio e de turismo. Estes, assim como os serviços oferecidos por empresas privadas, chegam rapidamente às comunidades, e atualizam a proposta de fazer desses locais alvos para o branding publicitário que visa a captação de recursos para o Rio (Jaguaribe, 2011). Esse objetivo é claramente apontado por um dos entrevistados na fala abaixo:

Então tudo isso é um aquecimento da economia. Um exemplo que a gente pode dar é a questão do turismo. Existem comunidades que tem potencial turístico. É o caso do Santa Marta que foi a primeira a receber o projeto Rio Top Tour. No primeiro

mês já foram 4.500 visitantes, na favela. Faz parte hoje do roteiro da Secretaria de Turismo, passar pras organizações, as entidades e a iniciativa privada que trabalha com turismo que eles tem que levar, que ele pode levar o turista nacional e internacional pra esses locais. Então hoje ele pega ali o turista e leva pra comunidade e eles ficam encantados. Por que lá no Santa Marta você tem uma vista linda, tem vários pontos históricos e famosíssimos como a estátua do Michael Jackson os pontos de visitação da Madona. Então tudo aquilo ali, aliado a beleza do local e tudo mais faz o aquecimento. E o projeto num é só esse, o projeto ele visa trazer um retorno pra comunidade que é o que? O aquecimento da economia, passando da esfera informal para a formal. (Entrevistado 2, gestor)

Essa dinâmica, que parece priorizar o desenvolvimento de alguns serviços, tem produzido algumas consequências importantes de serem consideradas, especialmente quando levamos em consideração a proposta da UPP de integrar as favelas (ou ex-favelas) aos bairros da cidade.

Consideremos em primeiro lugar a formalização do comércio local. É sabido que durante anos, os jovens da favela foram atraídos pelo tráfico pela possibilidade de enriquecimento rápido que este representava. Uma vez que muitos desses jovens eram procurados pela polícia, era na própria favela que o dinheiro ganho através do tráfico circulava. Com o fim do domínio dos

traficantes, então, o comércio local acabou sendo atravessado por dois processos: um de baixa nos lucros, já que era o tráfico que produzia a circulação de capital na favela; outro de legalização dos estabelecimentos, para a qual uma série de requisitos deveriam ser cumpridos. O resultado foi, então, o desenvolvimento de novos meios de sobrevivência, como conta um dos entrevistados:

Olha, realmente assim, pros comerciantes foi ruim o fato das UPP's, por quê? Por incrível que pareça, 80% do dinheiro que circulava na comunidade era dinheiro que tinha alguma origem do tráfico, ou seja, o traficante, se ele fosse beber a Coca-Cola, ele comprava no comércio, se ele fosse fazer uma festa, ele comprava no comércio, tudo que ele fosse fazer, ele comprava no comércio da comunidade, ou seja, o pessoal vinha da rua, comprava droga, né? Esse dinheiro ia pra mão do traficante e esse dinheiro girava dentro da comunidade, ou seja, quando acabou isso, os comerciantes foram os primeiros a sentir, muitos fecharam o comércio, alugaram, fizeram quartos, fizeram quitinete, por que tá dando mais retorno do que você ter um comércio. (Entrevistado 4, morador)

O outro aspecto que merece ser ressaltado é o desenvolvimento do turismo na Santa Marta, que passou a ser cadastrada no programa Rio Top Tour. O desenvolvimento dessas práticas em favelas pacificadas, com o apoio do Estado, deixa entrever

a importância das mesmas na concretização do branding publicitário, que tem por objetivo a transformação da imagem da cidade e a reapropriação de ambientes considerados como ameaças aos investimentos econômicos (Jaguaribe, 2011). Nesse sentido, o que o turismo apresenta é um novo conceito de favela, agora pacificada, e que pode ser “vendida e consumida com um valor monetário acordado entre promotores e consumidores em diferentes partes do mundo” (Freire-Medeiros, 2010, pág. 34).

Sem engrossar o coro que afirma que “turismo na favela é zoológico de pobre”, os moradores da Santa Marta entrevistados para essa pesquisa afirmam aprovar as práticas de turismo, como podemos ver nas falas que se seguem:

Hoje tá todo mundo subindo a comunidade pra fazer evento, por que tá no momento. Você vê pessoas famosas aqui, pessoal de Record, de Globo, Malhação, você vê essa quadra aqui sempre cheia, pessoal... ou seja, não tem mais aquele receio “ah, vou subir o morro pra frequentar uma festa? Não vou”, acabou isso. Hoje, aqui virou um point do Rio, igual uma Gávea da vida, Baixo Leblon, Baixo Gávea, Cobal do Humaitá, Cobal do Leblon. Hoje é a mesma coisa e tem muitas pessoas que ficam até com inveja da comunidade, do que acontece dentro da comunidade. Que são os sambinhas, geralmente é samba, né? (...) Isso é o lado positivo né? por que isso que traz coisas, traz melhorias para a escola de

samba que precisa, até financeiramente, por que aí é... muitas empresas passam a olhar a comunidade com outros olhos, querem conhecer a comunidade... Tá acontecendo devagarzinho, mas têm muitas empresas já vindo aqui pra ajudar, de qualquer, não seja como, não importa como ela vai ajudar, mas só em já tá aqui, tá divulgando o nome, já tá ajudando. Depois vai vir com as melhorias. A gente tá sempre pedindo. (Entrevistado 4, morador)

Essa aceitação, que, para intelectuais e pessoas de classes média e alta, é geralmente considerada absurda, tem explicações importantes que Freire-Medeiros (2010) nos ajuda a compreender. Ao pesquisar o turismo em uma favela carioca, esta autora constata que, apesar de beneficiar diretamente poucos moradores das favelas, já que a verba arrecadada com essas práticas não é distribuída, o turismo pode possibilitar um ganho eventual e pontual para alguns moradores.

Um outro ponto ressaltado por Freire-Medeiros (2010) como capaz de favorecer a aceitação do turismo é a noção de que a relação turista-morador pode fazer frente à “metáfora de guerra”, e à ideia amplamente divulgada na mídia de que os moradores da favela são invariavelmente conviventes com o tráfico. Nesse sentido, a autora aponta que quando os moradores

identificam como principal característica

positiva do turismo na favela a visibilidade e a produção de contraestigmas, está sendo posta uma recusa à invisibilidade e aos estigmas que nós, sociedade brasileira, ajudamos a produzir ao longo desses cem anos de favela (Freire-Medeiros, 2010, p., 42-43).

De fato, todos os serviços conferidos a partir da implantação das UPP's produzem uma visibilidade de outro tipo para esses territórios. Antes unicamente associados ao tráfico, agora a favela pode ganhar novos sentidos, apesar dos problemas levantados sobre a efetividade do fornecimento de serviços básicos.

Hoje o Santa Marta recebe quase 10.000 turistas por mês. Então é uma comunidade que está disputando mercado de turismo com Pão-de-Açúcar e Corcovado. Então hoje é diferente lá do Santa Marta. Hoje o Santa Marta saiu das páginas policiais. A gente está na página social, cultural e de turismo. (Entrevistado 7, morador)

Mas há que se ressaltar que essa resignificação da favela também conduz a um revés significativo no desenho da paisagem urbana. É que, com as intervenções realizadas a propósito das UPP's e das demais instituições, a favela se torna um espaço enobrecido. A garantia de acesso aos serviços básicos e o status de ex-favela faz com que o custo de vida nesses territórios aumente, e

acaba impelindo a saída forçada de alguns de seus moradores, que não conseguem mais se manter nestes espaços. Um de nossos entrevistados nos dá seu depoimento sobre o assunto:

...em breve pobre não vai morar aqui. Porque aqui o custo de vida está cada vez aumentando mais. A gente vai chegar uma época aqui que a gente não vai poder pagar mais os impostos. (Entrevistado 5, morador)

Esse processo de enobrecimento ou gentrification, como é nomeado na língua inglesa, é, segundo Leite (2002), uma consequência de intervenções que buscam construir uma nova imagem para a cidade, e o fazem a partir da eleição de certos espaços considerados como centralidades, e da transformação desses em áreas de investimentos público e privado. A intervenção nesses espaços busca justamente reativar os fluxos de investimentos para a economia local, de modo a produzir a valorização e espetacularização do espaço urbano. Leite ressalta:

... os bairros enobrecidos parecem perder sua potencialidade como espaço público de dissensão política e equidade de participação. Uma questão fundamental, entretanto, é saber em que medida essa “desapropriação de sujeitos” não corresponde também a uma reapropriação de outros sujeitos. Se por um lado as

práticas de gentrification separam esses lugares dos que neles vivem – na medida em que parecem alienar o patrimônio dos seus usuários através das relações econômicas de consumo –, por outro, é possível que esse mesmo processo amplie as possibilidades interativas (conflitivas ou não) entre aqueles que neles interagem. (Leite, 2002, p. 121).

Duas possibilidades, então, estão postas quando um território é enobrecido: a desapropriação de sujeitos, e a reapropriação de outros. Essa concepção nos remete aos estudos de Rose (2000), quando este revela que os dispositivos de segurança e vigilância podem levar à produção de circuitos de inclusão, mas também deslocar os circuitos de exclusão e redesenhar o mapa da cidade, das zonas de risco e criminalidade.

No Dona Marta, como já vimos, alguns moradores já foram desapropriados de suas casas, e outros temem essa possibilidade. Por outro lado, também começa a se esboçar a reapropriação da favela por outros segmentos. Um exemplo é o grupo Spanta Neném, que promove um bloco de carnaval na cidade, e passou a realizar festas na quadra da Escola de Samba Unidos do Santa Marta. O turismo, os projetos sociais e esportivos também são ações que possibilitam novos encontros.

Contudo, uma questão permanece relevante: Será que esses encontros significam a aproximação entre morro e asfalto? A

visibilidade da favela e seu enobrecimento estariam produzindo a integração da cidade? Ou o estaríamos produzindo uma nova modalidade de exclusão, agora por meio justamente da inclusão? E mais, essa possível integração seria um indicativo ou um produto do estabelecimento da paz nesses territórios?

O que afinal estamos produzindo com as UPP's?

Entre o território e os modos de vida que nele se encerram, entre as técnicas e as políticas, a UPP vem produzindo realidades, novas formas de sociabilidade e subjetividade na cidade do Rio de Janeiro. Mas que vestígios estão sendo deixados pelas UPP's e seus atores que tornam possível uma compreensão do tecido social que estamos produzindo?

Em primeiro lugar, consideraremos um dos pressupostos da política: o da ocupação permanente das favelas. O que significa dizer que a favela estará permanentemente vigiada por policiais? A ausência de um questionamento nesse sentido parece estar apoiada no medo e no terror. A urgência da produção de segurança justifica a ocupação policial e produz um consenso em relação às ocupações e até mesmo ao recurso às tecnologias de poder voltadas para a

disciplinarização dos corpos. Para Kanashiro (2009), essa associação entre política e violência em que a última justifica os meios de aplicação da segunda, opera por um dispositivo duplo que, segundo ela, “dissolve sujeitos políticos, seus territórios de demandas e suas exigências críticas” (Kanashiro, 2009, p. 119).

Pelbart (2007) também aponta para essa questão colocando que, em um sistema de poder onde o que está em jogo é a vida e a liberdade em seu máximo potencial, as resistências são mais difíceis de serem encontradas.

Postula-se ainda que estas ações de segurança sejam capazes de “devolver” a cidadania aos moradores dessas zonas de risco. Mas esse conceito de cidadania que circula em redes cada vez maiores deve ser problematizado, uma vez que, como aponta Kanashiro (2009), foge ao que vem sendo refletido desde a década de 70 pelos movimentos sociais, que pensam uma “cidadania ampliada” que envolve o “direito a ter direitos”. Ao contrário dessa noção, parece ser produzida pelas UPP's uma cidadania de cima para baixo, trazida pela ação policial contínua e pela vigilância que parte não apenas desses policiais, mas também dos próprios moradores.

É também importante ponderar o que é prioridade hoje nas agendas de governo, e avaliar se essas prioridades estão

realmente fazendo o Estado servir à população ou se, ao contrário, este se concentra no interesse de alguns poucos. Levando-se em consideração o neoliberalismo como modelo econômico-político-social aplicado hoje em nossa sociedade, a segunda opção parece fazer mais sentido.

O ponto de vista econômico está presente desde o relato do histórico que culminou nas UPP's. É ele que é utilizado para falar de tráfico de drogas, do crescimento da criminalidade, e também das estratégias empreendidas para reduzir a violência urbana. Com a UPP não é diferente. É econômico o intuito de produzir circulação na cidade, bem como o é o pressuposto que indica a produção de normalidades como instância de regulamentação da vida urbana. É também econômico o argumento que, de uma perspectiva dual, aponta para os benefícios de uma política pautada nesses pressupostos: o mercado cresce com a nova política, os moradores de favela se sentem cidadãos por participarem economicamente pagando impostos, a integração da cidade ocorre tendo como mediador o turismo nas favelas, que, obviamente, é pago e lucrativo. Mas também é importante passar devagar por este terreno, considerando as tortuosidades de seu relevo.

O crescimento econômico e a captação de investimentos que a UPP proporciona não parecem estar a serviço da po-

pulação para quem a política está voltada. Ao contrário, as intervenções parecem estar mais voltadas a produzir a redução da violência nos bairros, a promover uma melhor circulação na cidade, e a fazer da favela um espaço de consumo turístico. Tudo isso balizado pela iminência dos grandes eventos, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (Jaguaribe, 2011).

Assim, como vimos anteriormente, as melhorias realizadas nas favelas estão muitas vezes condicionadas ao potencial turístico das mesmas. Há um investimento massivo na legalização de comércios locais, na acomodação de pequenas empresas na favela, e na melhoria da infraestrutura que serve aos propósitos turísticos. Contudo, os serviços de água, luz, esgoto e coleta de lixo, que mais diretamente promoveriam melhorias no cotidiano das populações locais, são cada vez mais adiados.

Além disso, o desenvolvimento do comércio e do turismo nesses locais, somados à legalização dos serviços e ao fato de que muitas das favelas pacificadas estão situadas em regiões nobres da cidade, faz com que haja uma supervalorização do espaço na favela, de modo que seus próprios moradores se vêm impelidos a procurar zonas mais afastadas da cidade. A intenção de incluir as favelas em circuitos de inclusão e consumo acabam por produzir novos circuitos de exclusão, já que a política não é capaz de rom-

per com as desigualdades que marcam a divisão que se produziu nas grandes cidades. Com isso, novos mapas urbanos vão sendo produzidos de modo a ocultar cada vez mais as zonas de pobreza e criminalidade (Rose, 2000).

Para Batista (2011), esse processo traduz o esvaziamento da ideia de segurança pública, que “só existe quando ela decorre de um conjunto de projetos públicos e coletivos que foram capazes de gerar serviços, ações e atividades no sentido de romper com a geografia das desigualdades no território usado” (Batista, pág. 2). Não ocorrendo essa ruptura, o que veremos é a evidência de que nem mesmo os espaços urbanos são fixos e imutáveis, mas se transformam e se deslocam segundo certos interesses.

No Rio de Janeiro essa instabilidade do espaço urbano e sua relação com as políticas públicas de segurança já foi evidenciada pelas políticas de remoção das favelas dos anos 60 e 70, que, no fim, acabaram por gerar a venda de imóveis por seus moradores e o deslocamento desses para outras favelas, mais afastadas (Burgos, 2006).

Mas não queremos negar, com essas reflexões, todos os benefícios que as UPP's proporcionam às populações atendidas por ela. É impossível não reconhecer que o fim dos confrontos entre policiais e traficantes proporciona uma melhor qualidade de vida aos moradores das favelas, assim como as

políticas de assistência social, ainda incipientes.

Além disso, a produção de circulação nesses espaços e também a promoção do turismo abrem portas para a ruptura com a invisibilidade da favela, o que nossos entrevistados consideram como um dos principais benefícios da política. Essas duas práticas parecem permitir a contaminação tanto da cidade quanto da favela, no sentido que Rolnik (2003) atribui a isso: “contaminar-se pelo outro não é confraternizar-se, mas sim deixar que a aproximação aconteça e que as tensões se apresentem. O encontro se constrói – quando de fato se constrói – a partir dos conflitos e estranhamentos e não de sua denegação humanista” (Rolnik, 2003, pág. 6).

Talvez seja essa contaminação que permita, no futuro, a superação de uma dicotomia exposta pela mesma autora: a da subjetividade lixo em contraposição às subjetividade luxo, sendo a primeira aquela na qual a presença viva é encoberta por uma identidade estigmatizada, e a segunda referente à categoria social com garantia de inserção no Capitalismo Mundial Integrado.

Mas essas possibilidades de encontro e de contaminação, e, em última instância, da integração da cidade, parecem ser minadas, no âmbito das UPP's, por seu caráter verticalizado. Uma política que se impõe de cima para baixo, sem considerar

a voz e as necessidades reais daqueles que são diretamente afetados por ela, acaba por promover, segundo Kanashiro (2009), o esvaziamento da própria política enquanto arena de negociação. Citando Paoli, esta autora aponta para o fato de que

diante de nossa urgência, o conhecimento especializado de técnicas e fórmulas de intervenção está aí para resolver os problemas com eficácia e nos proteger do incerto. O que elas configuram, no entanto, é um modo de gestão da vida coletiva que faz repetir, mais uma vez, o bloqueio dos caminhos que podem revitalizar o impulso das ideias e ações democráticas, ou seja, a política. (Paoli citada por Kanashiro, 2009, p. 120).

Foi justamente buscando incrementar esse campo político que tentamos expor nesse trabalho algumas vozes, ideias e traduções que ajudam a produzir as realidades configuradas pelas UPP's.

Notas

¹ A retomada de territórios, o estabelecimento da “paz” e a ideia de polícia de proximidade são temas abordados em Rocha e Pedro (2012) e em Pedro e cols., (2012).

² Em uma visão mais ampla poderíamos entender o sanitarismo como a proposta de limpeza da cidade no sentido de retirada dos favelados de cena.

Referências

- Batista, Vera Malaguti (2003). *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan.
- Burgos, Marcelo Baumann (2006). Dos parques proletários ao favela-bairro. In: Zaluar, Alba; Alvito, Marcos (orgs) *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Caldeira, Tereza Pires do Rio (2000). *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp.
- Foucault, Michel (1999). *Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège France (1975 – 1976)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel (2008). *Segurança, Território e População: Curso dado no Collège France (1977 – 1978)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- Freire-Medeiros, Bianca (2010). Entre tapas e beijos: A favela turística na perspectiva de seus moradores. In: *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 1.
- Jaguaribe, Beatriz (2011). Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade,

- espetáculo e espaços urbanos. In: *Porto Alegre*, v. 18, n.2, págs. 327-347.
- Jornal O Globo (26/04/2011), '*Nada sobrevive só com segurança*'. Caderno Rio. Rio de Janeiro: Autor.
- Jornal O Globo (29/05/2011), *Cidade ganha 44 ex-favelas*. Rio de Janeiro: Autor.
- Kanashiro, Marta Mourão (2009). Os olhos que atravessam a cidade e deslocam os sentidos. In: *Vigilância, Segurança e Controle Social na America Latina*. Curitiba: PUCPR.
- Latour, Bruno (1994). *Jamais Fomos Modernos. Estudos de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Law, John (1992). Notes on the Theory of the Actor Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity. *Centre for Science Studies*, Lancaster University, Lancaster. Disponível em <<http://www.necso.ufrj.br/Trads/Notas%20sobre%20a%20teoria%20Ator-Rede.htm>>. Acesso em 28 de agosto de 2013.
- Leite, Rogério Proença (2002). Contr-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares da Mangueira. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49.
- Pedro, R. ; Rocha, I. S. ; [Castro, R. B.](#) ; Gonçalves, C. S. ; Costa, A. J. P. ; Damasio, A. C. . Redes de Vigilância e Segurança no Rio de Janeiro - primeiros movimentos para uma cartografia de controvérsias. In: Paulo Afonso Rheingantz; Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro. (Org.). *Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: controvérsias e ressonâncias em coletivos urbanos*. 1ed. Rio de Janeiro: FAU/PROARQ/UFRJ, 2012, v. 1, p. 33-49.
- Pelbart, Peter Pál (2007). Biopolítica. In: *Sala Preta*, n.7, p.57-65.
- Rocha, I. S. ; Pedro, R. . *A produção da paz na cidade do Rio de Janeiro*. Mnemosine (Rio de Janeiro), v. 8, p. 220-240, 2012.
- Rolnik, Suely (2003). Alteridade a céu aberto: O laboratório poético-político de Maurício Dias & Walter Riedweg. In: *Possivelmente hablemos de lo mismo, catálogo de exposição da obra de Maurício Dias e Walter Riedweg*. Barcelona: MacBa, Museu d'Art Contemporani de Barcelona.
- Rose, Nikolas (2000). Government and Control. In: *British Journal of Criminology*, n. 40:2, págs. 321-339.
- Zaluar, Alba (2006). Crime, Medo e Política. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs) *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Recebido em: 30/08/2013 – Aceito em: 15/10/2013